



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Acta n.º 13 12.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 26 de Setembro de 2011

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro, do ano dois mil e onze, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre sob a presidência de Antero de Figueiredo Marques Teixeira e com a presença dos seguintes Membros: Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, José Chambel Tomé (em substituição de Albano Varela e Silva, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Maria Alexandra Marques Gueifão Carrilho Barata, Maria Conceição Barradas Grilo, João Filipe Gonçalves Jesus, Luís David Trindade de Moreira Testa, Cristina Maria Brazete Nabais (em substituição de Miguel André Telo de Arriaga, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria Luísa Galeano Tavares Moreira, Catarina Alexandra Dias, António Fernando Ceia Biscainho, Carlos Alberto da Conceição Afonso, Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, Carlos Alberto Vintém, Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha, António Morais Baptista, Manuel Jesus Nicolau Marques, António Maria Petas Chaparro, Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, João Pires Gonçalves (em substituição de Ricardo Jorge Lourenço Reia, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), António Joaquim Tavares de Oliveira, Francisco José Meira Martins da Silva e João Hermínio Henriques Janeiro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, Antero de Figueiredo Marques Teixeira, deu início aos trabalhos, eram 21:00 horas, altura em que foi efectuada a chamada. Deu, inclusive, conhecimento da renúncia ao mandato, por parte de Diogo Júlio Serra, como Membro daquela Assembleia Municipal, passando a ser substituído, de forma definitiva, por Adriano Capote. O Presidente da Mesa, deu também conhecimento aos Membros presentes da correspondência endereçada àquela Assembleia, bem como de um convite por parte da CERCI, para o lançamento de um livro. De seguida, informou sobre uma Moção apresentada pelo Grupo Partidário da CDU, a qual passou a ler aos presentes:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Moção:

Considerando a manifesta pretensão, do Governo e diversas forças, de impor a redução substancial de autarquias do nosso País (freguesias e municípios);

Considerando que o poder local democrático é parte integrante da arquitectura do Estado Português, é indissociável da existência de órgãos próprios, eleitos democraticamente, com poderes e competências próprias e agindo com autonomia face a outros órgãos, submetendo-se apenas à Constituição da República Portuguesa, às leis, aos tribunais e ao Povo;

Considerando ainda que as autarquias constituem um dos pilares fundamentais da democracia portuguesa - pelo número alargado de cidadãos chamados a intervir, como representantes do Povo, na gestão da coisa pública, pelas oportunidades de participação efectiva dos cidadãos em geral nas que lhes dizem respeito, pela forma aberta e transparente da sua acção, têm contribuído para a melhoria da salubridade, das acessibilidades, dos transportes, do acesso à saúde, à educação, à cultura e à prática desportiva.

Considerando que o poder local democrático detém atribuições únicas essenciais ao bem-estar das pessoas, à representação e defesa dos interesses das populações e que é herdeiro de tradições fortemente enraizadas, em cujo caldo se consolidaram e sobrevivem elementos essenciais da identidade colectiva local e própria identidade nacional;

Considerando, ainda, o carácter avançado, democrático e progressista do poder local em Portugal e que é residual o seu peso nas contas públicas;

Considerando por fim, que a seriedade e coerência de qualquer reforma da organização administrativa que se pretenda eficaz deve considerar prioritariamente a criação das regiões administrativas e não a extinção de freguesias ou municípios;

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em 26 de Setembro de 2011 delibera:

1. Manifestar a sua convicção de que, pela exiguidade dos recursos públicos que lhe são afectos e pela forma exemplar como são aplicados:

a) As autarquias locais têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização de um investimento público, indispensáveis ao progresso local, no combate às assimetrias regionais, nas acções que contribuam para atenuar os efeitos nefastos da presente crise e, em particular, os reflexos sociais mais negativos que a aplicação do actual programa da Troika está a impor aos portugueses;

b) A extinção de autarquias em quase nada contribuirá para reduzir a despesa pública, acarretará novos e maiores gastos para um pior serviço às populações e constituirá um factor de empobrecimento da vida democrática local;

2. Manifestar o seu repúdio pela intenção de extinguir as autarquias existentes, seja pela sua pura eliminação, seja por recurso a qualquer forma de engenharia política que lhes retire o que têm de essencial – os seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições próprias e a parte dos recursos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

públicos essenciais à sua existência e funcionamento nas condições de autonomia previstas na Constituição da República Portuguesa.

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 19 votos contra e 6 abstenções, em 29 presenças, rejeitar a respectiva Moção. -----

Intervenção do Público

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, deu o Sr. Presidente da Assembleia, a palavra ao público presente na sala, informando de que dispunham de um período máximo de cinco minutos para colocarem as questões que pretendessem ao Executivo Municipal. -----

Solicitando o uso da palavra, Diogo Júlio, antigo membro da Assembleia Municipal de Portalegre, saudou os presentes e afirmou que a sua intervenção não seria um pedido de esclarecimento, mas sim um esclarecimento sobre a renúncia ao Mandato que apresentou e que tinha a ver com funções que estava a exercer, as quais se tornaram incompatíveis com o cargo assumido naquela Assembleia. Portanto, colocava os seus serviços à disposição, como Membro da Comissão Concelhia do PCP e da Distrital e despediu-se de todos os presentes. -----

O Presidente da Mesa questionou os Membros se, antes da Ordem do Dia, alguém queria usar da palavra. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa, em nome do PS, endereçou cumprimentos à nova Presidente de Câmara e ao novo Vereador do Município, desejando felicidades no cumprimento do Mandato e manifestando o total apoio do seu Partido na resolução dos problemas do Concelho. Lançou o repto, sem discutir a legalidade ou o mérito, ao Presidente da Assembleia, referindo que terá o dever acrescido de isenção perante a quadratura do círculo. Portanto, renovou a confiança política nos órgãos, democraticamente, eleitos. -

No uso da palavra, Miguel Monteiro, renovou para com o novo Executivo toda a sua colaboração na prossecução dos objectivos que tivessem a ver com o progresso do Concelho, não deixando de fazer a crítica necessária quando discordar do rumo que se venha a tomar nas opções políticas do Município. Lembrou a disponibilidade, ao público em geral, de um portal que tinha a ver com os ajustes diretos e, em particular, deixou a questão ao Município sobre qual a utilidade prática de mais um ajuste que verificaram, no decorrer do ano, mais concretamente no dia 26 de Maio, com um prazo de execução de 365 dias e que dizia respeito a serviços de comunicação com a empresa Agora Marketing – Sociedade Unipessoal, Ld.ª? O ajuste em questão tinha o valor de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

23.100, 00 € e, já no ano anterior, tinha já ocorrido com a mesma empresa, mas pelo valor de 16.800,00 €. Mais referiu que a descrição e o objecto daquele contrato fazia apenas referência a prestação de serviços de comunicação, mas que no último ano estava mais desenvolvido e que informava ser referente a implementações de ações junto das escolas do Ensino Básico do Concelho, no âmbito da operação: “Plano de Ação Portalegre – Parcerias para a Regeneração Urbana”. Não contestou o facto de que o Município deverá ter uma política de comunicação, contudo, questionou se o Município não teria meios próprios para assegurar tais serviços, sem recorrer, sistematicamente, a entidades externas para o fazer. Relevou o facto de o seu Partido defendia outro tipo de opções políticas e sabiam que o orçamento municipal era bastante curto, bem como das dificuldades que atravessam. Portanto, gostaria de obter um esclarecimento sobre aquele assunto, por parte da Sr.^a Presidente.-----

No uso da palavra, Adelaide Teixeira, Presidente da Câmara, agradeceu o voto de confiança que lhe dirigiram e relevou o facto de tudo fazer em prol da Cidade e do Distrito, além de que irá sempre colocar as pessoas acima das políticas, fazendo parte da solução dos problemas que se lhes depararem. Relativamente à questão formulada anteriormente, disse que, efectivamente, a Câmara não tem tido uma estratégia política de comunicação e tinham de apostar na mesma. Quando foram referidos os técnicos que deveriam ser interventivos naquela área, partilhava da mesma opinião. No entanto, a Câmara não dispunha de pessoas na área da comunicação, mas somente designers. Portanto, viam-se obrigados a recorrer a ajustes diretos com empresas externas ao Município, que já tinham desenvolvido trabalhos naquele sentido. -----

Solicitando o uso da palavra, Fernanda Bacalhau saudou, igualmente, a Presidente e o Vereador recém-empossados e pretendeu colocar algumas questões relacionadas com a transformação ocorrida no Executivo Municipal. Sabia-se que a força política maioritária se mantinha, mas, geralmente, quando as pessoas mudam, algo tem tendência em sofrer alterações. Por tal razão, questionou a Presidente sobre quais seriam as perspectivas e projectos que viriam a desenvolver sobre a vida do Concelho, nomeadamente ao nível das questões económicas, onde as dificuldades atuais são grandes e se enfrenta um período depressivo? Se, eventualmente existiam algumas perspectivas para que a Região ficasse menos deprimida? Se o centro histórico da Cidade teria algumas intervenções futuras? E, se do ponto de vista das empresas, sabendo-se das dificuldades que atravessam, iriam surgir informações, que a maioria desconhece, no intuito de melhorar o caminho a percorrer? Mais disse que, em relação à Moção que o seu grupo remeteu, a parte da reforma administrativa, não era uma questão de menor importância, nem para o País e muito menos para a Região, e gostaria de ouvir a opinião da Sr.^a Presidente, sobre o que se avizinha naquele sentido. Por último, disse existirem em curso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

algumas alterações ao nível dos apoios do Município e do seu relacionamento com as instituições culturais, nos quais pretendeu saber quais as perspectivas que os mesmos poderiam vir a ter futuramente, uma vez que corriam rumores sobre o próximo ano vir a ser bastante penalizador nos cortes das verbas destinadas aos Municípios e às Escolas?-----

Em resposta, a Presidente da Câmara Municipal informou que, relativamente à estratégia política, a mesma seria de contenção, tendo em conta os constrangimentos sofridos pelas Autarquias. Também por uma questão de cidadania, uma vez que existiam determinados gastos em que teriam de colocar um ponto final e que levou o Executivo a rever todos os Regulamentos, de modo a reorganizar os sectores e induzir menos despesa para o Município e para o próprio Concelho. Por outro lado, achou que a política a ter deveria ser de consolidação daquilo que tinham, abrindo os espaços existentes. A flexibilidade existente não era a melhor, por via da obra feita e a parte não co-financiada iria cair no final do ano e também em 2012. Na sua opinião, a aposta forte deverá ser na cultura e na qualidade dos serviços e dos equipamentos que estão ao dispor. Um dos propósitos será apostar também na reabilitação urbana, embora não seja fácil. Relativamente à reforma administrativa, confessou que necessitaria de saber mais dos diplomas para compreender, na íntegra, o que se poderá vir a fazer e em que sentido. Quanto à educação, ainda não tinham conhecimento efectivo dos ditos cortes e já havia tentado desbloquear a situação das auxiliares de educação, tendo para tal, solicitado audiência a três Ministérios. Avançou que tal situação já estava, finalmente, resolvida, o que a deixou muito satisfeita, atendendo às pessoas envolvidas, bem como às crianças. Mais informou que algumas empresas da zona, nomeadamente a da Abrunheira, estavam em sintonia com o Município para desbloquear as situações pendentes. Estava também em marcha a situação do Hotel do Facha, encontrando-se na fase do Plano de Pormenor. O Município tem todo o interesse em que tais situações avancem, como era também o caso da Meia Encosta e não se envidarão a esforços para que tal aconteça, o mais breve possível.-----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que queria dirigir uma questão ao Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que a Comissão que havia sido constituída para acompanhar as relações entre o Município de Portalegre e a Fundação Robinson tinha reunido e enviado um requerimento ao mesmo sobre a flexibilização do funcionamento da dita Comissão, o qual ficou prejudicado pela não indicação de nenhum elemento por parte da Bancada do PCP. Portanto, pretendia saber quais as diligências efectuadas no sentido de ultrapassar aquelas questões e de ser disponibilizada a documentação necessária aos Membros da Assembleia? Pois ainda nada lhes tinha chegado.

O Presidente da Mesa informou que, conforme a indicação da CDU, o Prof. Luís Pargana teria ficado responsável por prestar esclarecimentos naquele



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sentido, contudo, não foi possível estar presente na sessão. Disse ainda já ter solicitado, pessoalmente, os dados em causa aos respectivos serviços e que ainda não lhe foram prestados até à data. -----

Solicitando o uso da palavra, António Batista saudou também o novo Executivo, desejando que os dois anos de mandato fossem em prol do futuro da Cidade e das Freguesias. Quanto à questão levantada por Miguel Monteiro disse que embora não estivesse presente o Prof. Pargana, estava ali outro elemento da CDU, que teria legitimidade suficiente para tomar uma posição e decidir o que fosse preciso. Na sua opinião, a situação presente da Comissão Robinson não poderia continuar daquele modo, porque chegaram a um ponto inoperacional para tomar a primeira decisão que era eleger o Presidente da mesma. Disse ainda que seria desaconselhável esperarem pela próxima reunião da Assembleia para só então se decidir se a Comissão passaria ter uma nova representação. Entendia, inclusive, que se tal acontecesse, a mesma deveria ser proporcional. -----

Novamente no uso da palavra, Fernanda Bacalhau informou de que desconhecia eventuais alterações da tomada de posição do seu grupo e o que tinham afirmado, aquando da votação para a criação da Comissão, se mantinha. Portanto, entendiam que a CDU não deveria indicar ninguém para tal, porque a Comissão tinha por objectivo fazer algo que o próprio Executivo e a Assembleia já faziam. Inclusivamente, já todos sabiam que, no Conselho de Administração da Fundação estavam representadas as forças políticas com assento no Município e, dentro daqueles princípios, não iriam indicar mais ninguém para uma Comissão daquela natureza. Afirmou que se fosse uma Comissão diferente, com objectivos diferentes, fá-lo-iam. Em conclusão, mantinham a palavra anterior. -----

Solicitando o uso da palavra, Carlos Vintém desejou um excelente trabalho ao novo Executivo e, quanto à postura da CDU, disse que existia, desde o início, uma análise pouco séria sobre, quer a Comissão, quer os objectivos da mesma. Aquela Comissão, que partiu da iniciativa do Presidente da Assembleia, pretendia apenas tentar responder a algumas questões que todos os órgãos, citados anteriormente, ainda nunca prestaram aos membros ali presentes. Portanto, foi devido a tal facto que surgiu a proposta da criação da Comissão em causa, a qual não tinha nada a ver com a Fundação Robinson, nem com a sua gestão. Relembrou que aquela Comissão era constituída por Membros da Assembleia Municipal e que a única postura que deveria ter era relativamente à relação da Autarquia com a Fundação. Naquele sentido, apelou à CDU e à sua responsabilidade democrática para que façam parte de uma Comissão, eleita no âmbito de um órgão como era a Assembleia Municipal de Portalegre, com vista à solução de problemas que, eventualmente, venham a aparecer. Em conclusão, referiu que foi naquele sentido que voltaram a solicitar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ao Presidente que encetasse contactos com a CDU, visto já terem surgido contratempos aquando da primeira reunião. -----

No uso da palavra, João de Jesus disse que subscrevia as palavras do anterior membro da Assembleia, porque refletiam aquilo que na reunião de dia 09 de Julho passado, em sede dos representantes que deram o pontapé de saída, concluíram. Reforçou o facto de não se tratar de uma Comissão que vá substituir os órgãos, estatutariamente eleitos por direito próprio e em exercício de funções, da já referida Fundação, mas sim de uma Comissão que tem como objetivo escrutinar a política de geração de valor da Fundação para a Câmara Municipal de Portalegre, órgão que a Assembleia Municipal disciplina, do ponto de vista político. Por conseguinte, reiterou o pedido para que a CDU deixasse de interpretar indevidamente o intuito da dita Comissão e que revisitasse o próprio Regulamento, para clarear onde começava e acabava a missão da mesma. Solicitou que a decisão, a ser tomada, deva ser comunicada, quanto antes ao Presidente da Assembleia.-----

Novamente no uso da palavra, Fernanda Bacalhau informou que a visão do seu Grupo Partidário sobre a questão não era, de todo, pouco séria e o papel democrático que aquela Assembleia tinha ao exigir à CDU que indique um representante não reconhecia o direito democrático que a própria CDU tinha em não indicar ninguém. Portanto, entendia que seria necessário perceber que os caminhos costumam ter dois sentidos e tal perspectiva não deveria ser menosprezada. Mais afirmou que, de acordo com o que foi feito no seio da CDU, se houve diligências com o seu colega Luís Pargana ainda não foram devidamente analisadas e, portanto, não estava em condições de dizer qual a decisão tomada em coletivo, com base em premissas de análise, pelas quais era hábito decidirem. Referiu que a CDU tinha vários representantes nas várias instâncias em que podia ser exercido o controle sobre a vida do Município e a sua relação com outras entidades e entendiam que a Comissão em questão não iria ter nenhum representante, conforme já haviam dito ainda antes da primeira reunião da mesma. Portanto, não era difícil de perceber a tomada de posição da CDU quanto ao assunto, para o qual ainda estavam abertos para uma futura revisão. -----

Novamente no uso da palavra, João de Jesus solicitou ao Presidente da Mesa que diligenciasse junto dos representantes da CDU, até ao final do mês corrente, saber se mantinham, ou não, a posição tomada ou se a iriam rever. Em função da resposta, a referida Comissão deveria propor uma alteração ao Regulamento ou iria funcionar como estava previsto inicialmente. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse subscrever o que tinha sido dito, tanto pelos elementos do PSD, como pelo da CDS e acrescentou que ninguém obrigava, obviamente, nenhuma Bancada Partidária a participar no que quer que fosse. Contudo, perante o que foi proferido pela CDU, entendia que se não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

indicassem ninguém para integrar a Comissão, o Partido Comunista deveria ter a obrigação de explicar aos Membros daquela Assembleia, porque é que continuavam a existir pequenas lacunas nas relações existentes entre a Câmara e a Fundação, as quais não eram devidamente esclarecidas. -----

No uso da palavra, o Presidente da Mesa informou os Membros de que iriam avançar para os pontos da Ordem do Dia.-----

ORDEM DO DIA:

1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;

Presentes os relatórios do Executivo Camarário respeitantes à Actividade Municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

Solicitando o uso da palavra, Conceição Grilo começou por desejar felicidades à Presidente da Câmara e ao Vereador Nuno Santana nas novas funções, reforçando o apoio do PS, nas decisões que contribuam para melhorar a vida dos Municípios. Relativamente ao relatório de actividades, sublinhou a forma destacada como a Presidente se propunha apostar na reabilitação urbana, esperando que se tornasse uma realidade possível. No entanto, lembrou que o orçamento da autarquia tinha previsto, para aquela área, cerca de 5.000,00 € e que com aquele valor não seria possível fazer reabilitação urbana. Compreendia que os tempos eram difíceis e que era necessário poupar, no entanto, procurando bem, outros itens existiam em que a Autarquia poderia poupar.-----

No uso da palavra, António Batista disse que, em relação à contenção de gastos já falada, se a mesma fosse efectuada de forma séria e eficiente teriam ali um aliado, pois entendia, firmemente, que os gastos opulentos e supérfluos do Estado deviam ser abatidos e, de uma vez por todas, finalizados. Quanto à aposta na Cultura, também estava de acordo e gostaria apenas de clarificar quais eram as áreas em vista, onde o Município iria apostar? Quanto à questão da reforma do mapa administrativo, declarou que não gostaria que uma Presidente de Câmara tomasse uma postura “provinciana”, ou melhor, que olhasse somente para o seu umbigo, sem contemplar o interesse das gerações futuras e do País. Esperava, pois, que fossem tomadas posições firmes, na defesa dos interesses do Concelho e, ao mesmo tempo, consciente. Mais disse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que o Governo já havia anunciado uma especial susceptibilidade para com o interior e o mundo rural, na dita reforma e, como seria lógico, no nosso Distrito, algumas têm de ser feitas. Adiantou que estará de acordo com algumas, se forem feitas, tendo em conta as diferenças entre Freguesias e Concelhos. Perguntou se a Presidente poderia avançar com novidades, naquele sentido. Por último, tocou no tema da agricultura, o qual defendia pessoalmente, assim como o anterior Presidente da Câmara defendeu até à exaustão e, sobre o qual, pretendeu saber o que é que a actual Presidente tinha previsto fazer em prol do mesmo, para a sua promoção, defesa e divulgação? -----

No uso da palavra, João de Jesus solicitou esclarecimento à Bancada do PS sobre qual a rubrica de despesa em que foram mencionados os 5.000,00 € para a reabilitação urbana e se, porventura, não tinham contemplado a rubrica que estava como despesas de capital na sub-rubrica do PROHABITA? -----

Em resposta, Conceição Grilo referiu que não tinha o documento em sua posse, mas tinha quase a certeza ser aquele o valor. Contudo, teria muito gosto em esclarecer, logo que consultasse o documento em questão. -----

Novamente no uso da palavra, João de Jesus acrescentou que, tanto quanto soube, para o PROHABITA estariam destinados cerca de 900.000,00 €. -----

No uso da palavra, Luís Testa perguntou se o valor mencionado anteriormente refletia o esforço financeiro do Município ou era apenas da parte do respectivo Programa? -----

Em resposta, a Presidente da Câmara informou que, relativamente à contenção de gastos, estava a ser revisto tudo o que eram Regulamentos, no sentido de diminuir a despesa do Município e achavam, inclusive, tratar-se de uma questão cívica, passando pela utilização das viaturas, telemóveis, energia, água, etc. Portanto, atualmente, alguns daqueles Regulamentos foram a reunião de Câmara e os restantes seguir-se-ão. Quanto à parte cultural, era pensada, acima de tudo, com um objectivo de formação de públicos e de toda uma sociedade, devendo passar por uma componente didática. Pretende-se, também, uma aposta em eventos fulcrais, alguns já consolidados. No caso da Fundação Robinson, existia uma entreajuda, para que se atingissem alguns fins, naquele âmbito. Relembrou aos membros que Portalegre já estava na rede de património, o que deixava de ser mais um objetivo alcançado, o qual também abria certas portas, de encontro a outras dinâmicas culturais e turísticas. Na sua opinião o turismo não poderia existir sem a vertente cultura. Em relação à reforma administrativa, disse ter a sua opinião própria, mas tentando responder à questão, referiu que os diplomas em análise, não lhe conferiam, ainda, dados concretos sobre o que iria ser a reforma administrativa. No entanto, não tinha dúvidas de que era imprescindível a existência da mesma. Quanto à agricultura, tem sido debatida e, obviamente que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

envolvente rural terá de ser dignificada, porque serviria para nos diferenciar dos outros e era, indubitavelmente, um caminho válido a seguir. -----

2 – Acta n.º 12 relativa à 11.ª sessão ordinária, realizada em 27.06.2011;

Presente a Acta referente à última sessão da Assembleia, acima mencionada. -

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 2 abstenções, em 28 votos, aprovar a presente Acta. -----

3 – Desafecção de duas parcelas de terreno com as áreas de 2.242,00 m2 e 2.696,50 m2, destinadas respectivamente aos parques de estacionamento de S. Francisco e Corredoura;

- Deliberação de 2011.07.11 –

Presente informação n.º 3333, da Divisão de Gestão Financeira/Serviço de Património de 01 de Julho de 2011, referente à desafecção do domínio público das parcelas de terreno com as áreas de 2.242,05 m2 e 2.696,50 m2, destinados, respectivamente, ao parque de estacionamento de S. Francisco e parque da Corredoura. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 28 votos, aprovar o documento em apreço. -----

4 – Isenção de taxas – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Sé;

- Deliberação de 2011.08.08 –

Presente carta do representante da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Sé, a solicitar a isenção do pagamento da taxa de ocupação da via pública, relativa à pintura do exterior do imóvel da Igreja de S. Tiago (Igreja Mortuária) e colocação de caleiras. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar a referida isenção. -----

Declaração de Voto (Luís Testa - PS)

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, a nossa aprovação deveria ser mais do que isso. Quando as próprias Instituições da Cidade se envolvem nos projectos, assumem competências que extravasam, digamos, aquilo que é a sua natureza habitual e recuperam património. Um Município que apenas isente de taxas, é pouco! Eu acho que, de facto, quem tem obras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

deste género, merece uma congratulação especial e não fica mal a esta Assembleia refletir no facto de haver entidades deste género, que recuperam o património.

5 – Projeto de Regulamento de Utilização de Viaturas de Transporte Coletivo Municipal;

- Deliberação de 2011.08.22 –

Presente o Projeto de Regulamento de Utilização de Viaturas de Transporte Coletivo Municipal.-----

No uso da palavra, Fernanda Bacalhau disse que, da leitura que fez daquele Regulamento, seria importante realçar dois aspetos de princípios. Um deles tinha a ver com a posição assumida pelo Vereador Hugo Capote. Por tal razão, referiu que, mesmo em momentos de dificuldades e grandes constrangimentos, era importante não perder o sentido de justiça e procurar aplicá-lo o mais corretamente possível considerando, exatamente, a necessidade de manter os critérios de equidade e de tratamento de não igualitarismo, no que respeitava à cedência de transportes por parte do Município. Naquele sentido, chamou a atenção para a questão das Freguesias, para as quais seria bom considerar a população distribuída por cada uma delas, bem como o número de utilizadores existente. No seu ponto de vista, o volume de actividade que cada Associação e entidade desenvolvem deverá ser considerado, procurando ajudar-se quem mais trabalha. -----

Solicitando o uso da palavra, António Chaparro disse que, relativamente ao assunto em debate, gostaria de levantar uma questão, a qual se prendia com a realidade que se vivia atualmente no Município e que passava pelo apoio, ou não, que se queria fazer ao associativismo. No Relatório apresentado, podia ler-se que uma das propostas daquele Executivo era um apoio à cultura, ao desporto e ao associativismo. Tal matéria, disse ser muito pertinente para que fosse garantido o apoio às Associações e às Instituições que desenvolviam ações daquela índole e nas áreas que o Município corrobora, visto que praticamente todas atravessam dificuldades financeiras e, muitas vezes, um apoio num transporte era tão, ou mais, importante do que um subsídio de 200 ou 300 euros. Portanto, o que ali estava em causa era o facto de que, muitas das vezes, tais Instituições se viam levadas a ter de contratualizar o transporte necessário com entidades privadas e com custos cada vez mais elevados, inviabilizando a participação de várias Associações de jovens e também de menos jovens em diversas actividades importantes. Naquele sentido, pareceu-lhe que a deliberação da Câmara, a respeito da criação de um grupo para reestruturar o protocolo de delegação de competências, misturava um pouco as coisas. O protocolo era uma matéria e aquele era um Regulamento com efeitos externos e públicos, que superava, do ponto de vista legal, a negociação que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

estava a ser feita entre as Juntas de Freguesia e o Município. Por fim, referiu que a proposta apresentada, salvo erro, era igual à que tinha sido apresentada na Assembleia, mas que foi retirada para ser reavaliada e repensada, face ao que era indicado na altura. A sua Bancada iria votar contra se aquela proposta se mantivesse.-----

No uso da palavra, António Oliveira disse subscrever as duas intervenções anteriores. Relembrou que a questão que o Membro António Chaparro colocou já havia sido discutida, para votação, na Assembleia Municipal de Abril de 2011 e, naquela altura, foi retirada, no seguimento de várias intervenções de Presidentes de Junta de ambas as bancadas. Focando a situação das Juntas, disse que o argumento que teve acolhimento, por parte do Executivo para retirar aquele documento, foi o facto de se considerar que deveria haver alguma discriminação entre Freguesias, em relação aos passeios dos idosos e pelo facto de se colocarem todas no mesmo patamar. Recordou que a cedência gratuita de apenas um autocarro, para um evento anual, era igualizar algo que não deveria ser tratado da mesma forma. Mais disse que, com alguma surpresa, aquele assunto voltou ali dentro dos mesmos trâmites com que foi em Abril passado. Na sua opinião e pela parte que lhe diz respeito e em coerência com a opinião já manifestada anteriormente, não podia deixar de votar contra o Regulamento em causa.-----

Novamente no uso da palavra, António Batista disse não ficar bem com a sua consciência se, com a prova que foi dada pela Presidente sobre a redução de gastos, não demonstrasse o seu apoio em relação àquele novo Regulamento. Disse que era natural que todos gostassem de apoiar as Colectividades, nomeadamente, nas Freguesias mais pequenas e nos meios rurais, onde se consideram de maior importância. No entanto, todos têm de perceber que se está numa altura de grande contenção da despesa e que, muitas das vezes, os gastos que eram justos mas, por outro lado, eram secundários tinham de ficar para trás. Caso contrário, era impossível equilibrar a situação sem definir tais prioridades. Reafirmou que o Regulamento em análise contaria com o seu apoio, tendo em conta a situação atual, a qual julgaria ser transitória. -----

No uso da palavra, António Oliveira pretendeu esclarecer um ponto, na intervenção anterior, na medida em que, todos tinham preocupação com as contenções e com os custos. Referiu, inclusive, não ser por acaso que, todas as Juntas de Freguesia tinham, anteriormente, dois passeios por ano e, de acordo com o novo Regulamento, passariam a fazer só um. Subscrevia, obviamente, aquela redução de 50%. Contudo, se além da mesma, forem reduzidos os dois autocarros para as Freguesias maiores, conforme o que estava expresso naquele Regulamento, seria uma redução que mereceria melhor ponderação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, António Chaparro, quanto à questão feita e corroborando as palavras anteriores, e já que começou a existir alguma redução, deixou duas perguntas para que o membro António Oliveira pudesse refletir: Em primeiro lugar, existiam duas Bandas Filarmónicas no Concelho de Portalegre, as quais tinham as Escolas de Música e tinha de se encarar a formação musical como a formação da personalidade e uma formação cultural e artística para desenvolvimento do Concelho. Acrescentou ainda que, na área desportiva, já poucos eram os clubes que conseguiam participar num campeonato de futebol, não profissional, bem como na formação de jovens, do ponto de vista desportivo. Perguntou, pois, se era ou não essencial a prática desportiva? O que, possivelmente, se estava ali a colocar era a questão dos transportes, que eram essenciais para a participação de jovens e menos jovens nas atividades que dinamizam o Concelho e que também ajudam as pessoas na envolvimento de diversos projetos, de forma a ultrapassarem os tempos difíceis.-----

Novamente no uso da palavra, António Batista disse, em jeito de reflexão, que encarava com grande responsabilidade e como sendo uma importante medida o apoio, quer fosse a bandas filarmónicas, a clubes de futebol ou a outro tipo de associativismo, independentemente da sua vertente. No entanto, considerou que, em alturas em que se tinham de definir as prioridades, as quais deveriam ser tomadas ao mais alto rigor, e que as opções tinham de ser entre o “muito necessário” e o “urgentemente necessário”, alguma coisa ficaria para trás. Em segundo lugar, apesar de entender que tinha de se apoiar muito o associativismo, as bandas, os clubes de futebol, etc. também defendia que muito daquele apoio teria de partir da própria sociedade e de movimentos dos cidadãos. Referiu ainda que as Associações não podiam estar eternamente a contar com o apoio por parte do Estado, e sim apostar em movimentos de mecenato e de auto-ajuda. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que, provavelmente, havia ali um equívoco. Talvez porque a redação do documento não era a mais “feliz” e por ter sido elaborado numa altura da mudança do Executivo. Uma vez que a alteração do anterior Regulamento para aquele tinha sido significativa, passou a palavra à Vereadora Ana Manteiga para que explicasse aos presentes e mostrasse as diferenças entre eles. -----

Usando da palavra, a Vereadora Ana Manteiga esclareceu, citando uma parte do antigo Regulamento (al. d, n.º 3, do art.º 8) a qual dizia o seguinte: “As Juntas de Freguesia, numa viagem anual, para deslocações, quer no âmbito da Terceira Idade quer nas actividades promovidas para crianças e jovens, que não ultrapasse as 14 horas, 600 km e a lotação máxima de um autocarro. Bem como, uma viagem na área do Distrito que não ultrapasse as 6 horas e a lotação máxima de um autocarro.” Por outro lado, informou de que o Regulamento que ali estava para aprovação, dizia: “ As Juntas de Freguesia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

para as deslocações necessárias, no âmbito de um evento anual direccionado para a terceira idade, para crianças e jovens, que não ultrapasse as doze horas ou os 600 km, em viagens no território nacional e que não ultrapasse as 6 horas em viagens na área do Distrito, tanto para viagens nacionais, como para viagens dentro do Distrito, ambas limitadas a uma viatura por dia.” A questão que se colocava era que, nos SMAT, não podiam exceder um determinado limite de horas extraordinárias e o aplicar da limitação de um autocarro por dia, prendia-se com o facto de haver um motorista para efectuar a viagem e, se for enviado outro motorista, as doze horas em que o mesmo vai eram consideradas extraordinárias, pois obrigaria a chamar um funcionário que estava de folga ou de férias. Por fim, informou de que todas as situações apresentadas poderiam sempre ter deliberação do Executivo Municipal e o transporte poderá ser feito, se assim o entenderem. Portanto, não estavam, de forma alguma, a limitar um autocarro para a Junta de Freguesia A, B ou C, somente para uma viagem anual. - -----

Novamente no uso da palavra, António Oliveira disse não querer entrar em discussão de vírgulas e pontos finais, porque, no seu entendimento, aquele artigo e o outro eram exatamente a mesma coisa. Caso contrário, solicitou à Vereadora que explicasse o seguinte: Se o problema era as viagens necessárias, o que iria acontecer se a sua Junta decidisse realizar uma viagem à praia da Nazaré, todos os meses do ano, a Câmara estaria disposta a ceder o autocarro? -----

No uso da palavra, Luís Testa referiu que, efetivamente, a redação do Regulamento não era nada feliz. Do que retinha da reunião já realizada era de que o assunto tinha sido retirado para se discutir com as Juntas de Freguesias e as Associações locais. Contudo, os representantes daquelas Juntas foram ali surpreendidos com as alterações sofridas, presumindo-se que a leitura dos dois documentos seria muito idêntica. -----

Novamente no uso da palavra, Fernanda Bacalhau focalizou a questão do apoio às Associações, acrescentando que teve conhecimento de que foi criado um grupo de trabalho, na base da capacidade de diálogo entre o Executivo Municipal e as Juntas de Freguesia, para avaliar e chegarem a consensos, relativamente àquele Regulamento. No entanto, não se soube qual o resultado e seria interessante saber. Em relação ao movimento associativo, havia um grupo de trabalho a funcionar nas questões dos critérios de ponderação, que chegavam aos modos de apoio às várias associações, o qual ainda não era conclusivo. Contudo, a questão dos transportes nunca chegou a ser colocada, nem sequer abordada. -----

No uso da palavra, António Biscainho informou que existia uma diferença substancial entre o Regulamento que ali esteve em Abril e o que ali estava. Poderá, eventualmente, não estar a interpretá-lo bem, mas pareceu-lhe que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

diferença entre as propostas ao dito Regulamento era óbvia. No seu entender, havendo a necessidade em Freguesias mais populosas, com maior número de idosos e maior número de inscrições, não vê qualquer limite à participação dos mesmos nas viagens. Inclusive, se houver a necessidade de três ou quatro autocarros para uma Freguesia, para uma qualquer deslocação, os mesmos serão colocados em dias diferentes e em função das necessidades das inscrições que possam ter havido para o evento. Portanto, se assim se processar, era perfeitamente favorável ao Regulamento em causa. -----

Novamente no uso da palavra, António Oliveira perguntou ao Executivo se o entendimento que faziam do Regulamento ali presente à votação era o mesmo que o proferido anteriormente, pelo Membro António Biscainho? Porque se assim fosse, votaria a favor, indubitavelmente. Contudo, as últimas cinco palavras da al. d), em que limitava ambas a uma viatura, não lhe pareciam corretas. -----

No uso da palavra, António Chaparro perguntou à Mesa do Executivo se, no caso de um autocarro não for suficiente para levar várias crianças, de uma determinada Freguesia, numa deslocação, as que ficarem “em terra” iriam noutra?-----

A Vereadora Ana Manteiga, contrapôs a questão com outra questão e chamou a atenção ao Presidente da Junta de Alegrete para o seguinte: Supondo que a Câmara Municipal ou os Serviços Municipalizados tinham dois autocarros homologados para efetuarem o transporte de crianças e se um deles avariar a meio do percurso, como é que as mesmas regressam a casa? -----

O Presidente da Mesa solicitou contenção nos ânimos dos intervenientes e questionou se pretendiam esclarecer mais algum aspeto do dito Regulamento, para que se pudesse passar à votação? -----

A Presidente de Câmara informou que o entendimento a que, efetivamente, se chegou entre todos os elementos, na reunião, foi exatamente aquele, dentro do bom senso. Portanto, ao se embrenham muito em determinados assuntos, os mesmos podem não ser muito explícitos para quem está de fora, mas não deixava de admitir que a redação do Regulamento não seria a mais feliz. Contudo, o sentido que foi discutido na reunião de Câmara, foi de que havia uma alteração significativa. Obviamente que poderiam retirar o documento e melhorar a redação em causa, para que não persistissem mais dúvidas. -----

No uso da palavra, António Oliveira, em relação ao que disse a Fernanda Bacalhau e a Presidente, pareceu-lhe haver ainda alguma confusão. Porque, ainda sobre o que foi dito pelo António Chaparro, talvez o mesmo não se fizesse entender, uma vez que o grupo de trabalho formado por aquele, pelo Chefe de Gabinete e pelo Presidente de Junta das Carreiras, não tinha como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

objetivo rever o Regulamento, mas sim analisar o Protocolo de Delegação de Competências. Embora as viagens de idosos não fossem competências atribuídas, nem à Câmara, nem às Juntas e não coubessem dentro do respetivo Protocolo. -----

Novamente no uso da palavra, António Chaparro disse ainda que, sendo um Protocolo de Delegação de Competências entre a Câmara e as Juntas de Freguesia teria que, obrigatoriamente, ser presente àquela Assembleia Municipal para ser aprovado, mas ainda não tinham conclusões. -----

O Presidente da Mesa considerou o documento retirado, continuando como projeto e voltaria para o Executivo. Iriam passar à votação do mesmo. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, retirar o Regulamento em debate e remetê-lo ao Executivo para reformulação. -----

6 – Plano de Pormenor da Avenida do Brasil – Alteração ao Lote n.º 33; - Deliberação de 2011.09.05 –

Presente processo respeitante ao Plano de Pormenor da Av.^a do Brasil - alteração ao lote 33 – Discussão pública, freguesia de S. Lourenço, acompanhado de informação do DUOM de 25.08.2011, propondo que seja aceite a proposta de alteração de alteração ao referido Plano. -----

No usos da palavra, Luís Testa disse não saber se aquele ponto se referia especificamente à Av.^a do Brasil, porque cada vez que ouviam falar na mesma, as atenções viram-se, imediatamente, para uma questão fulcral que era a Estação de Camionagem, a qual era bem demonstrativa do estado atual do Concelho. -----

O Presidente da Mesa chamou a atenção ao Membro Luís Testa para que centrasse a sua intervenção no ponto, em concreto, o qual se referia à intervenção numa cave do lote mencionado.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva alteração. -----

7 – Proposta para cobrança do IMI, IRS, TMDP e Derrama para o ano de 2012; - Deliberação de 2011.09.05 -

Presente proposta, da Vice-presidente da Câmara, de 16 de Agosto de 2011, com valores a cobrar no ano de 2012, relativos ao IMI, IRS, TMDP.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que, face à situação financeira que o Município atravessava, compreendia o facto de não existir margem para se fazer o que era justo no Concelho de Portalegre. Sugeriu pois, que se refletisse naquele assunto e que, em vez de mexerem diretamente nas taxas do IMI, se conseguisse acumular um pouco o efeito daquele imposto e, inclusive, do IMT e do imposto de selo, desde logo no estudo e na aplicação dos coeficientes de localização, estabelecidos pelo Município. Porque, a seu ver, uma descida da taxa benéfica, evidentemente, quem paga o imposto no momento da liquidação e do pagamento, mas uma eventual revisão dos coeficientes de localização permite baixar o valor dos imóveis e, a partir dali, seria desnecessário estar-se a reduzir a taxa relativa ao IMI. Mais indicou que a Câmara teria uma palavra importante a dizer aquando da definição daqueles coeficientes de localização, uma vez que um Concelho do interior com coeficientes acima de '1' significava que se estava a valorar em excesso os imóveis. Disse conhecer a realidade de alguns Concelhos do Litoral que, em zonas limítrofes urbanas dos mesmos, tinham coeficientes de '0,7', o que considerava uma diferença abissal. Acreditava ser de difícil aplicação prática, tendo em conta os constrangimentos orçamentais e financeiros que a Câmara Municipal de Portalegre atravessa atualmente. Mais referiu que se tiverem que mexer na área da tributação do património, deveriam ter em conta aquela possibilidade, embora tal questão possa ser colocada em causa pelas medidas que estavam definidas entre o Estado Português e a Troika, as quais previam uma alteração na tributação. Restava apenas saber se tal iria ser feito na base da tributação dos imóveis ou com um aumento de taxa. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 6 abstenções e 19 votos a favor, entre os membros presentes, aprovar a referida proposta.-----

PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA:

1 – . 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP;
- Deliberação de 2011.19.09 –

Presentes os documentos relativos ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2011.-----

Novamente no uso da palavra, Miguel Monteiro disse que a alteração orçamental ali presente tinha a ver com um acréscimo da receita do Município, no valor de cerca de meio milhão de euros (497.366,00 €). Obviamente que, havendo tal acréscimo, foi feita uma reafetação de valores referentes à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

despesa. Portanto, houve ali opções políticas e de gestão corrente do município, mas não deixou de considerar curioso o facto de, em algumas rubricas, do orçamento inicial para o atual, tenham existido aumentos de 72%. Era estranho e, assim sendo, ou houve uma clara sub-orçamentação aquando da elaboração do Orçamento, ou então houve um súbito acréscimo de necessidades financeiras, para cobrir determinadas rubricas que estavam orçamentadas. Apontou também a rubrica relativa aos encargos das instalações de administração autárquica, as quais tiveram um aumento de 35%; nos encargos com instalações da rubrica “Desporto e Juventude” havia um acréscimo de 41%; também nas instalações da área do Turismo, com um aumento de 38%; nos encargos das instalações inerentes às zonas verdes o acréscimo foi de 34% e, ainda na rubrica dos Mercados e Feiras, um aumento de 80% na orçamentação. Perante tal, solicitou um esclarecimento por parte do Executivo para que justificassem uma discrepância tão significativa entre aqueles valores e os apresentados inicialmente. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara informou que, aquela revisão orçamental tinha, basicamente, era respeitante a acertos com os SMAT, na vertente das águas e dos transportes. Pretendia-se o equilíbrio necessário ao funcionamento dos mesmos, e foi indispensável o acerto, o qual já se tem verificado em anos anteriores. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, com 2 abstenções e 8 votos contra, em 29 presenças, aprovar os documentos apresentados. -----

Declaração de Voto – Luís Testa/PS

O nosso voto contra, obviamente não tem a ver com a operação contabilística relativa à própria alteração. A questão que surge e que justifica o nosso voto, prende-se com a génese do próprio Orçamento e ao haver uma alteração orçamental, em que não vemos contempladas rubricas que, desde o início, desejaríamos ver e que são: o apoio às Juntas de Freguesia; ao associativismo e contemplar de forma significativa no orçamento a reabilitação urbana. Obviamente que não estando nesta alteração, com a oportunidade de uma revisão orçamental, contempladas estas rubricas, nós não poderíamos deixar de votar contra.

2 – Relatório semestral sobre a situação financeira do Município de Portalegre, elaborado pela firma Mariquito, Correia & Associados, SROC;

– Para conhecimento.

Presente Relatório semestral sobre a situação financeira do Município de Portalegre, elaborado pela firma Mariquito, Correia & Associados.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, João de Jesus disse que não queria deixar passar em claro dois aspetos, um que lhe suscitava preocupações e o outro, dúvidas. Em primeiro lugar, na página 3 do Relatório, no terceiro parágrafo, em que mencionava o seguinte: “A baixa execução das rubricas, transferências de capital deve-se ao atraso no recebimento, por parte do Município, de verbas decorrentes de candidaturas, a fundos comunitários, que estariam já executados no orçamento de despesa, em Junho de 2011.” Acrescentou o facto de o Relatório não mencionar o valor de 11 milhões de euros, que era o diferencial que ali consta entre 13230 e 2391, ou seja, aquela percentagem de realização de cerca de 18% tinha subjacente um vasto conjunto de iniciativas, as quais não tinham só a ver com os fundos comunitários, como erradamente era referido, mas tinham a ver também com contratos e protocolos anteriores. Do seu ponto de vista, era criticável o facto de não ser feito um elenco contundente e inequívoco dos investimentos subjacentes àquele gueto de 3,9 milhões de euros, porque um relatório que teimava em ser tão objetivo em alguns aspetos, teima, simultaneamente, em escamotear e negligenciar aspetos que, politicamente, são bastante relevantes. Mais disse que se foi esquecimento, considerava-o um acto repugnável, da parte de quem fez a redação ou, por outro lado, questionou a Câmara se sonegou informação ao signatário do relatório, ou ainda se teria sido mais uma manobra de diversão, a exemplo de outras, ocorridas num passado recente, associadas a uma estratégia de contenção de papel para escamotear factos que eram bastante relevantes. Disse ainda que, na página n.º 8, 1.º parágrafo, do relatório em questão, mencionava que: “...estão por levantar nos serviços do Município 61% a vendas de bens e serviços correntes.”; e que o levaria a pensar que os 6.1 milhões de euros que ali estavam mencionados, não eram vendas de bens e serviços correntes, mas sim de serviços de investimento, o que era completamente diferente. Portanto, se existiu um lapso, de uma entidade que era principescamente remunerada, pelos serviços de consultoria que prestava à Câmara Municipal de Portalegre, o mesmo não lhe parecia adequado com o tipo de profissionalismo que se devia reclamar, à elaboração de um relatório daqueles. Solicitou à Câmara que esclarecesse se, em relação aos 10.9 milhões de euros de contratos-programa, protocolos e de fundos comunitários se escamoteou a informação ao revisor de contas? Senão, era grave, da parte do próprio revisor, não ter feito a abordagem merecida; E ainda, se em relação à venda de bens e serviços, seriam serviços correntes ou se eram de investimento? -----

Em resposta, a Presidente de Câmara disse tratar-se, certamente, de um lapso, pois ninguém pretendia escamotear ali nada. No que respeitava à taxa de 18% de execução, a mesma era atribuída ao atraso que já vinha do atraso das verbas do QREN. Acrescentando que já estavam algumas obras referenciadas e já realizadas, as quais passou a citar: Rede de Património de Portalegre - Edificado móvel e imóvel; a Estação Central de Camionagem; o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Tejo Internacional – POCTEP; a melhoria de acessibilidades Reguengo/Urra – 1.^a Fase; Requalificação de Acesso da Rede rodoviária; Rede de Equipamentos Desportivos de Portalegre; Rede de Corredores Ecológicos; outras obras ainda em elaboração; o PROHABITA; parcerias com a regeneração urbana, etc. Portanto, aquela verba era recebida mensalmente e a sua taxa de execução, em 30 de Junho, significa 50%, sendo que o valor em falta era de 1.142.460,00 €. Solicitou à Assembleia autorização para que um elemento da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas se pronunciasse. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu a palavra a José Manuel Prezado, técnico oficial de contas da Firma Mariquito, Correia & Associados, SROC, para informar os Membros sobre o assunto em debate. ----

No uso da palavra, José Prezado disse estar ali em representação da Sociedade dos Revisores Oficiais de Contas e pretendeu esclarecer os presentes sobre o Relatório apresentado, afirmando que o mesmo não era nenhuma manobra de diversão e lamentou o facto de algumas pessoas criticarem o trabalho de outras, antes de ouvirem as interpretações devidas. Relativamente ao que foi dito sobre as transferências de capital, informou que a diferença mencionada (pág.3) de 13 milhões de receita orçamentada e 2 milhões de receita cobrada não eram nenhum *gap* de pedidos de pagamento ou de despesa já executada, do ano anterior, mas sim pelo facto de o orçamento ser elaborado com base nas candidaturas que estariam a decorrer e também com as que se previam que venham a ser homologadas, durante o exercício de 2011 e seguintes. Mais disse que o valor ali discriminado significava uma baixa execução daquela rubrica (receitas de capital) em consequência de alguma despesa já paga, visto o Município só receber a receita dos fundos comunitários depois de estar executada. Portanto, a baixa execução daquela rubrica fazia com que houvesse também uma baixa execução do orçamento. As duas principais rubricas que eram a venda de bens e serviços correntes e as transferências de capital da receita é que influenciavam o orçamento. Acrescentou que o orçamento não era coerente e não deveria, se estivesse bem feito, chegar-se ao final do primeiro semestre e estar realizado a 50%. No entanto, quando existiam desvios, tinham de ser identificadas as diferenças e não cabia à sua sociedade a análise dos valores, mas sim identificá-los, para que depois o Executivo e a Assembleia Municipal, a quem tinham de prestar as contas semestralmente, os analisassem. Disse ainda que, quanto à questão da venda de bens e serviços correntes, lhe pareceu um lapso que estaria perceptível, conforme demonstração da pág. 7. Concluiu, dizendo que poderia ser revisto o trabalho que estava por detrás do relatório em causa e colocou-se à inteira disposição para futuros esclarecimentos. -----

O Membro António Batista pretendeu colocar um Ponto de Ordem à Mesa e, relativamente às palavras iniciais do representante da empresa revisora de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

contas, quando o mesmo lamentou a atitude da Assembleia ao ter-se levantado alguma suspeita sobre aquele relatório, disse que não se sentiu bem com as palavras proferidas, pela simples razão de que a Assembleia Municipal estava ali para fiscalizar e analisar a actividade da Câmara e se a mesma entendesse que o representante da empresa devesse intervir, com a autorização do Presidente da Mesa, seria da inteira responsabilidade da própria Câmara Municipal; No entanto, o interveniente apenas usou da palavra porque a Assembleia, a título excepcional, assim o permitiu. Porque, quem tinha de prestar os esclarecimentos necessários era a Câmara Municipal de Portalegre.

Solicitando o uso da palavra, João de Jesus pretendeu acrescentar dois pontos ao que foi proferido. Primeiro, em relação ao diferencial dos 10.9, nas transferências de capital, gostaria de perceber qual o racional da afirmação do porta-voz do revisor de contas, ao dizer que o orçamento não era bem feito? E se a Câmara Municipal de Portalegre subscrevia a informação prestada pelo mesmo? Quanto ao parágrafo da pág. 8, pelos vistos era consensual o lapso existente. No entanto, a sua preocupação era o facto daquele lapso ser muito caro, para aquilo que era a remuneração dos ditos revisores e que era paga por todos os Municípios do Concelho. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro não considerou grave que, esporadicamente, a Assembleia recorra a esclarecimentos de entidades externas. No entanto, disse que não ficaria bem com a sua consciência, enquanto membro daquela Assembleia, se não mencionasse o facto de que os técnicos a quem era concedida a palavra não podiam utilizar o tempo que lhes era concedido para explanarem os seus estados de alma, relativamente ao que tinha sido dito pelos membros presentes. A seu ver, aquele ponto teria de ficar bem assente e o próprio Presidente daquela Assembleia deveria ter chamado a atenção para a forma como o representante se manifestou. Ainda em relação ao relatório, pediu para fazer um pequeno enquadramento, uma vez que se estava a tratar da situação financeira do Município, quanto a alguns dados apresentados no Anuário Financeiro das Autarquias, em que era analisado o exercício das mesmas, durante o ano de 2009, porque uma vez mais e por más razões, Portalegre continuava a constar de tabelas preocupantes. Para que constasse: -----

- Portalegre era o 35.º Concelho, a nível nacional, com maior passivo exigível;
- Portalegre era o 23.º Concelho, a nível nacional, com maior passivo exigível por habitante; -----
- Portalegre era o 4.º maior Município, dos 308 Concelhos existentes em Portugal, com o maior peso da dívida de médio e longo prazo, relativamente às receitas do ano anterior. Poderia, ainda, citar mais rácios idênticos, mas aqueles já demonstravam a situação em que a Câmara Municipal de Portalegre se encontrava e o extremo cuidado com que a sua gestão financeira tinha de ser praticada. Referiu, em abono da verdade, que em contrapartida, Portalegre tinha mostrado progressos nos rácios de liquidez, com uma melhoria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

significativa no exercício de 2008 para 2009. Mais disse que gostaria de esclarecer o ponto daquele relatório que tinha a ver com alguns problemas relacionados com o fornecedor de serviços informáticos, o qual poderá ter provocado algumas questões relativas à contabilização de determinadas rubricas. Por tal, gostaria que aquelas questões estivessem ultrapassadas da próxima vez, de modo a que os relatórios seguintes mostrassem a verdadeira situação financeira do Município. Apontou, inclusive, que aquele relatório indicava que a execução orçamental foi muito baixa em algumas rubricas, o que, com um orçamento também mais baixo que o habitual, tendo em conta a realidade financeira da Autarquia. Além do que apontou, havia um quadro que tinha a ver com receitas liquidadas e não cobradas, o qual considerou ter uma discrepância na rubrica dos bens de investimento, onde estava liquidada uma receita a rondar os 3,8 milhões de euros, mas que, de acordo com aquele gráfico, a mesma não teria chegado aos 200 mil euros. Portanto, existia ali uma discrepância enorme entre aquilo que era receita, aparentemente já liquidada, mas que ainda não estava cobrada, o que gerava um constrangimento difícil às contas do Município. Mais referiu que na rubrica de taxas, multas e penalidades, também acontecia a mesma coisa, pois existia uma escala diferente, ou seja, tinham uma liquidação de 1.8 milhões para uma cobrança efetiva de cerca de 400 mil euros. Gostaria, pois, que fosse prestado um esclarecimento naquela matéria. Por último, confessou que não podia deixar passar o seu repúdio perante o que, sistematicamente, estava a acontecer com a empresa municipal do Mercado (MMPO), visto que, no parágrafo final, no ponto 5.2, respeitante a documentos não disponibilizados pelos serviços, referentes a demonstrações financeiras da empresa municipal MMPO, S.A., referentes ao exercício de 2010 e a documentos do ano de 2011, nomeadamente o balancete de 30 de Junho de 2011. Relembrou, que já tinham ali discutido as contas do Município relativas ao ano passado e também não tinham traduzido a verdadeira realidade do mesmo, porque faltava a consolidação das contas com aquela empresa municipal. Alertou para o facto de que o Município terá de enveredar pelo caminho da verdade e transparência daquela situação preocupante, perante os Portalegrenses, temendo que, a continuar assim, indicie um agravamento substancial do já altíssimo endividamento que a Câmara Municipal de Portalegre tem. -----

Usando da palavra, a Presidente da Câmara informou que, quanto ao MMPO, efetivamente, as contas ainda não estavam fechadas. Naquele sentido, saiu uma Portaria que veio consolidar a prestação de contas e já deu indicações para que fosse concluída, dentro em breve. Portanto, existiam timings a cumprir e iriam fazer os possíveis para que, futuramente, não voltasse a acontecer. Relativamente à questão da diferença entre a receita liquidada e cobrada, referiu que a primeira era justificada pela contabilização de receitas de operações de loteamento a receber, de forma faseada e, a segunda pela venda de habitações de renda resolúvel. Acrescentou que poderia ali levar, na próxima reunião, o relatório semestral detalhado, que as Autarquias Locais são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

obrigadas a enviar para a Direção Geral das Autarquias, de modo a tentar espelhar melhor o que se passa, uma vez que se pretende a maior transparência possível. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que, relativamente às contas do Mercado Municipal, todos os meses de Abril, por altura da aprovação das contas do Município, requer junto do Presidente esforços para que sejam apresentadas as contas de todas as Sociedades em que o Município participa, bem como de toadas as Associações e Fundações. No entanto, as do Mercado, ou tardam mais do que as restantes, ou não chegam mesmo. Perante tal cenário, considerou que seria, efetivamente, a última vez que não chegaram ao conhecimento dos membros, porque todas as normas que derivam da leitura feita ao comentário político nacional, teriam ali a resposta para as Sociedades de Capital Municipal, que se encontravam naquela mesma situação. Logo, todas as que não apresentem contas e que tenham dívidas que não são do conhecimento geral, não caberá outra solução ao Município de Portalegre que não seja extinguir a Sociedade e incorporar os seus activos e passivos. Na sua opinião, chegaram a um ponto sem retorno porque, de facto, a incompetência que se gerou em torno daquela Sociedade era, por demais, evidente. Mais disse ser difícil compreender que tivessem chegado a Setembro sem que as contas de 2010 do Mercado Municipal estivessem fechadas, além do facto dos Membros não terem conhecimento do assunto, nem sequer o ROC tinha conhecimento e presumiu que nem mesmo a Câmara Municipal de Portalegre conhecia as contas daquela Sociedade. Relativamente ao desequilíbrio que a Presidente transmitiu como justificação, disse que, tendo em conta a venda de habitações de renda resolúvel, pretendeu saber se naquelas habitações já existia o termo do acordo da venda ou se era mera operação de orçamento, na expectativa de as poder vender no exercício? -----

Em resposta, a Presidente disse terem já alguns contratos assinados e aqueles ali presentes já estavam todos. -----

Usando da palavra, Luís Testa pretendeu saber se existiriam outros exemplos do género, que ainda não estavam liquidados, por falta de termo de acordo para a venda em renda resolúvel? -----

A Presidente da Câmara Municipal informou que os anteriormente falados ainda não estavam ali descritos, estavam numa renda normal. -----

No uso da palavra, Luís Testa completou a questão, para confirmar se quando foi elaborado o orçamento, não haveria a expectativa de tentar vender um conjunto de prédios urbanos, propriedade do Município? Se tal expectativa estaria contemplada no orçamento, como era de esperar? Se parte da expectativa foi transferida para aquele mapa, relativamente àqueles prédios em que já existia um contrato de compra e venda? E, por último, se existia uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

outra “fatia” que não estava liquidada, mas que também fazia variar a execução do próprio Orçamento? -----

No uso da palavra, José Gandum, Chefe da Divisão Financeira, informou que a referida “fatia” existia, mas que eram as rendas não resolúveis, as quais eram liquidadas e cobradas automaticamente. Portanto, não podiam contabilizar a dívida naquele contrato existente, pois era um contrato de arrendamento puro.-

Novamente no uso da palavra, Luís Testa reformulou a pergunta dizendo se, aquando da elaboração do orçamento, não estava demonstrado no mesmo a expectativa do Município vender e encaixar receita com alguns prédios urbanos, a que correspondiam aqueles ali referidos e outros ainda? -----

Em resposta, José Gandum disse que o valor considerado no orçamento, na altura, foi o valor dos contratos firmados, porque não se criou nenhuma expectativa. Uma das questões-alvo que o Executivo acatou foi, precisamente, a de não criar venda de bens de investimento que não tivessem certos, para não aumentar a receita, iriam fazer despesa com uma situação que, eventualmente, não se concretizaria. -----

No uso da palavra, Luís Testa concluiu, afirmando estar esclarecido, mas os serviços técnicos da Câmara sabiam perfeitamente que já foi prática corrente da casa equilibrar orçamentos à custa da previsão da venda de prédios que depois não se efetivava. -----

Aprovação em Minuta:

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efectuada a votação à Minuta da Acta. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

FALTAS:

=====

Nos termos do n.º 5, do art.º 46.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, a Mesa da Assembleia Municipal marcou falta ao membro da Assembleia: Adriano da Graça Mourato Capote.-----

ENCERRAMENTO:

=====



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 12.^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, eram 23:30h, do dia 27 de Setembro do ano de 2011 e da qual foi lavrada a presente acta, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. -----

E eu, _____, 1.º Secretário(a) da Mesa,
a redigi e subscrevo.